

A volta à realidade

O processo de renegociação da dívida externa começou ontem em Washington de forma vantajosa para o Brasil. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, logo no primeiro encontro com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, dele obteve apoio para a proposta brasileira de trocar parte dos títulos da dívida por "bônus de saída".

Mas seria ilusório pensar que um grande passo tenha sido dado. As negociações ainda levarão tempo e se darão principalmente com os bancos privados, que não estão obrigados a seguir as orientações de Baker. O fato não deixa de representar, porém, significativo progresso nas discussões sobre o pagamento da dívida, sem a grandiloquência dos discursos mas calcado na realidade do sistema financeiro internacional.

A conversão da dívida em bônus não é fato sem precedente. A Argentina

obteve, no início do ano, algum êxito neste sentido. Bresser Pereira espera obter mais sucesso do que a Argentina nesta negociação, contando para isto com maiores saldos da balança comercial, o que poderia tornar nossos credores mais flexíveis a um acordo.

Outro avanço obtido pelo ministro Bresser Pereira foi a aceitação, por parte do governo americano, de que as negociações entre o Governo brasileiro e os banqueiros dos EUA ocorram antes da reunião anual do FMI, na última semana deste mês. A mesma vantagem o Brasil não terá na reunião com o Clube de Paris, entidade que congrega os bancos oficiais, quando só poderemos apresentar propostas para pagamento da dívida de curto prazo já referendadas pelo Fundo Monetário.

A declaração que pareceu mais importante feita pelo ministro da

Fazenda foi relativa à nossa volta ao sistema financeiro internacional, o que ele identificou como uma determinação do presidente Sarney.

É evidente que não estamos a voltar ao sistema financeiro internacional nas mesmas condições que existiam no momento da declaração de nossa moratória. Houve muita negociação, muitas tomadas de posição e agora terá de haver concessões de parte a parte.

A imposição da realidade do sistema financeiro internacional se dará com todo um ritual de concessões ao Brasil. O que se pode esperar é que os termos dos acordos a serem concretizados não nos coloquem numa posição que se tentou evitar. É legítimo esperar que ao Brasil será permitida uma margem de poupança interna necessária ao nosso crescimento econômico e indispensável à solução de nossos graves problemas sociais.